

Empresas ganham mais prazo

O Conselho de Política de Desenvolvimento Integrado do Distrito Federal (CPDI) aprovou, em sua reunião sexta-feira última, a prorrogação até 30 de setembro do prazo para que as empresas que receberam terrenos na Área de Desenvolvimento Econômico de Sobradinho, SCIA, Recanto das Emas, Centro Norte de Ceilândia e Pólo JK se instalem e comecem a funcionar. A decisão foi tomada a pedido do secretário de Desenvolvimento Econômico do DF, Lindberg Cury, que visitou essas áreas e constatou a falta de infra-estrutura local para o funcionamento das empresas, como asfalto,

esgoto, água encanada e iluminação pública. Nesses encontros ele manteve contato com integrantes de associações e sindicatos representativos das empresas e ficou sensibilizado com os pedidos.

Com isso, o Conselho votou pela prorrogação do prazo para que as empresas se estabeleçam e continuem a receber os incentivos previstos no Programa de Desenvolvimento Econômico do

Distrito Federal (Pró-DF), entre os quais isenção de impostos como o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e o ITBI (Imposto sobre Transmissão Inter vivos de Bens Imóveis) e empréstimo de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). O benefício já havia sido estendido às empresas do Pólo de Moda do Guará e da ADE de Águas Claras.

"Foi uma forma de incentivar as empresas a continuar seus empreendimentos, já que o governo ainda não cumpriu a sua parte, com o fornecimento de infra-estrutura básica desses setores. Muitas empresas estavam desestimuladas e sofrendo prejuízos, pois enfrentam a falta de energia elétrica, asfalto, esgoto e segurança. E o nosso objetivo é incentivar a instalação de empresas e criação de empregos", destacou Lindberg durante a reunião do Conselho.

Ele informou também que já estão previstas no orçamento do Governo do Distrito Federal as verbas para as obras de infra-estrutura em cinco áreas de desen-

volvimento: Águas Claras, Pólo de Moda, Ceilândia (Setores Industrial e de Material de Construção) e Sobradinho. Serão investidos R\$

41.4 milhões em obras nesses setores, em obras de asfaltamento, iluminação pública, energia elétrica, esgoto, rede de águas pluviais e meio-fio.

Outra decisão importante anunciada na reunião do Conselho de Desenvolvimento Integrado foi feita pelo presidente da Terracap, Eri Varela. O governo vai parcelar, em até 72 meses, as dívidas vencidas das empresas contempladas pelos programas de desenvolvimento Proim, Prodecon ou Pades. Dívidas de até

R\$ 5 mil poderão ser parceladas em até 24 meses; dívidas de R\$ 7.500 poderão ser parceladas em até 36 meses; dívidas de R\$ 10 mil em até 48 meses; dívidas de R\$ 12.500 em até 60 meses e dívidas de até R\$ 15 mil ou superiores em até 72 meses. As empresas que desejam obter esse benefício terão prazo de até 30 dias para requerer o parcelamento das respectivas dívidas junto à Terracap.